

ARSÊNIO EDUARDO CORRÊA

O dia 15 de março de 1985 marcou na história do Brasil o início da Nova República, proposta por Tancredo Neves; foi ela inaugurada pelo sr. José Sarney, ante a doença do então presidente eleito. O Ministério houvera sido escolhido por Tancredo Neves em acordos pelo País, na formação da grande frente de apoio para o chamado governo de transição democrática. O sr. José Sarney foi definitivamente confirmado com a morte do presidente eleito em abril de 1985. O dealbar da Nova República teve um ministro da Fazenda que alterou a fórmula de cálculo da variação das ORTN's entendendo ser menos exato o cálculo da correção anteriormente utilizado pela Velha República. As medidas econômicas foram de contenção da Economia; assim, prefixou-se as variações monetárias e a partir daí verificou-se que o conceito de Nietzsche começava a funcionar "O irreal faz parte ou incorpora o real". Este conceito está sendo vivenciado na magnitude que o filósofo nos legou. A Economia inflacionada obtinha suas variações, entretanto o governo encontrava percentuais de variação econômica que subavaliava a moeda, ou seja, reconhecia como inflação um percentual menor do que houvera sido. Em agosto de 1985 a inflação real disparou e o ministro da Fazenda foi substituído. Como primeiro ato do novo ministro da Fazenda alterou-se a fórmula de cálculo das variações monetárias.

O período de março a agosto de 1985 foi de perda para aqueles que dentro da Economia receberam salários, alugueres ou tinham aplicações financeiras pós-fixadas, tal como a caderneta de poupança. A postura assumida pela política econômica foi a de que o Brasil devia crescer e sobre isso não discordamos; entretanto, a bem da verdade, o crescimento econômico está ligado à própria condição da Economia, ou seja, não há como maximizar o crescimento se este já está no limite. O crescimento sem lastro pode ser conseguido através de emissões ou de endividamento. Ora, as torneiras da Economia foram abertas e o governo passou a acreditar que o crescimento, tal como fora posto, estava dentro dos limites suportáveis, o que verificou-se mais tarde não ser real.

A hiperinflação detonou no mês de janeiro de 1986 e aí as autoridades econômicas passaram a acreditar na solução de choque. O exemplo já existia em Israel e na Argentina. Como num passe de mágica, criou-se o Plano Cruzado e este apesar de inconstitucional foi implantado, gerando grande desorganização na Economia. Em seu bojo constatamos que: a) a inflação estava nos supermercados ou era provocada pelos comerciantes em geral; isso foi o que o governo deixou acontecer, uma vez que foram presos gerentes de lojas como se estes tivessem inventado a inflação; b) os locadores de imóveis tiveram revogada a lei da oferta e da procura, estabelecendo-se um congelamento esdrúxulo, pois protegeu aqueles que tinham onde morar e desprotegeu os que não estavam morando; os alugueres no mercado subiram, os imóveis alugados ficaram com os valores locativos defasados, além disso criou-se uma animosidade entre inquilinos e locadores, desorganizando-se o setor; c) o espírito de poupança foi sepultado e o que se viu foi um saque que desorganizou o setor, não tendo este, até hoje, reiniciado o financiamento imobiliário; d) houve no primeiro momento um aumento real de salários que logo esvaiu-se na inflação não reconhecida e que desajustou preços dentro da Economia; e) o que ocorreu economicamente foi o embutimento do desajuste; e pensou-se que a mágica houvera dado certo.

Para não pairar dúvidas, vejamos alguns exemplos: a) a fixação rígida do câmbio em relação ao dólar americano trouxe duas consequências extraordinárias: a pri-

meira ocorreu em março/86 quando a moeda americana foi desvalorizada e isso trouxe consequência nas importações; estas passaram a ser cobradas em outras moedas fortes e as exportações tiveram o seu valor diminuído; a segunda é a que constatamos quando o superávit entre importações e exportações começou a se reduzir até chegar a 10% do que era há 12 meses atrás; b) não se sentiu no primeiro momento o caos, pois houve mais dinheiro na mão das pessoas, dinheiro esse que teve duas fortes correntes: o aumento real dos salários e o saque à poupança; c) os preços congelados fizeram com que as empresas comprissem os seus fornecedores e houve um achatamento de margens, ou se quiserem, um ajustamento à nova situação, pois os prazos de pagamento não mais eram um grande negócio e, com base nesse argumento, os grandes reduziram as margens de lucro dos pequenos dentro da Economia; d) as empresas produziram maior volume e venderam. Seus estoques não foram renovados aos preços ante-

riores (congelados) e aí começou o desequilíbrio; e) as empresas estatais embutiram no déficit público seus diferenciais; as privadas ou absorveram a redução das margens de lucro ou partiram para o desrespeito à lei.

A ilusão foi desfeita com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento e a consequente estipulação do Empréstimo Compulsório. O FND foi criado, segundo as autoridades econômicas, para financiar os investimentos necessários para prover a economia de meios adequados para sustentar o crescimento desejado. Quanto à necessidade de adequar a economia não discordamos, entretanto o governo não especificou o que iria fazer com os recursos e isso é de todo ruim.

Um governo que quer acertar discute as necessidades primeiro e depois, autorizando mesmo que informalmente pela sociedade, estipula os meios para arrecadar os recursos. Entretanto, talvez seja pedir muito num país que possui pelo menos três orçamentos federais. Com os problemas reais

em curso, o governo da Nova República continuou a fazer crer que o País vivia em um mar de rosas; alguns alegam que isso ocorreu em virtude de ser um ano eleitoral e o governo precisava ganhar. Ora, não acreditamos em tal hipótese, pois isso seria tão impatriótico que nos levaria a deixar de viver sob este governo ou, pelo menos essa seria nossa vontade. Após as eleições desabrochou o Cruzado II que veio para dar condições ao governo de negociar a dívida externa e verter mais recursos para o setor público com o aumento de impostos; é bom lembrar que o Cruzado I verteu para o setor público um valor jamais imaginado, pois os orçamentos federal, estadual e municipal foram feitos no final de 1985 e neles embutidos uma inflação prevista em aproximadamente 200%.

Os preços desorganizados dentro da economia afetaram tanto o setor público como o privado. Diante desse quadro esperava-se que o governo assumisse seus erros, entretanto lançou este um "entendimento"

ou "pacto social" que sabemos não será conseguido, pois as partes não têm o que negociar e o governo não apresentou qual será sua quota de sacrifício nessa situação. Ora, como pedir aos outros sacrifícios se não pomos freios aos nossos desejos. Agora, no final de fevereiro de 1987, perto do segundo aniversário da Nova República, constatamos que temos problemas sérios a resolver e agravados pela política econômica posta em prática.

O que a sociedade espera do governo é que ele cumpra o seu dever e mantenha a economia funcionando, sem tentar a todo custo pará-la; deixe que as forças econômicas e trabalhistas encontrem um caminho; deixe de sacar em branco contra o "Banco da Economia" que é gerada pelas forças produtivas. Não é preciso pedir desculpas; comecem a trabalhar dentro da realidade e aplaudiremos.

O autor é advogado, contabilista e professor chefe do Departamento das Cadeiras de Finanças da Fasp/SP